



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TERMO DO CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSO Nº ____/2020

TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO DE ÁREAS FÍSICAS DA UFRJ, DESTINADAS À INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DO TIPO “VENDING MACHINE”.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, vinculada ao Ministério da Educação, neste ato denominada CEDENTE, com sede na Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21941-901, inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato sendo representada pelo Pró-Reitor de Gestão e Governança, Sr. André Esteves da Silva, conforme delegação de competência determinada pela Portaria nº 4.925 de 12 de junho de 2017, do Magnífico Reitor, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº, estabelecida, doravante denominada simplesmente CESSIONÁRIA, neste ato representada por, portador da Cédula de Identidade nº e CPF (MF) nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO PARA A CESSÃO DE USO ONEROSO DE ÁREA da CEDENTE, no Rio de Janeiro/RJ, à empresa do ramo para a exploração comercial de áreas físicas da UFRJ, destinadas à instalação de máquinas do tipo “vending machine”, do qual serão partes integrantes o edital do PREGÃO Nº ____/2020 e a(s) proposta(s) apresentada(s) pela CESSIONÁRIA, constantes do Processo Administrativo nº 23079.027788/2019-10, sujeitando-se a CEDENTE e a CESSIONÁRIA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA DESTINAÇÃO

1.1. O presente termo contratual tem como objeto a CESSÃO de uso de área física da UFRJ correspondente a aproximadamente 1 m², localizada na, nas dependências da, para instalação e exploração comercial de MÁQUINAS DO TIPO “VENDING MACHINE”, do tipo de venda automática de, nos termos e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

1.1.1.Sendo necessário o fornecimento de tal serviço em outra(s) área(s) física(s), a UFRJ poderá contactar a CESSIONÁRIA para, de comum acordo, definir a instalação de máquina(s) em demais espaços.

1.2. A exploração comercial das atividades não gera para a CEDENTE qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes dessa exploração, reservando-se a CEDENTE tão somente o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, que devem seguir rigorosamente à legislação vigente.

1.3. A CESSÃO de Uso destinar-se-á, exclusivamente, para o fim específico a que foi proposto, nos termos e condições estabelecidos neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA TAXA DE OCUPAÇÃO

2.1. Como contraprestação pela CESSÃO de uso objeto deste Termo, a CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE, mensalmente, o percentual de XX% (XXXXXXXX por cento) a ser aplicado sobre a receita total gerada pela prestação do serviço, comprovada através de relatórios mensais, que deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente, por meio de boleto bancário/GRU cobrança expedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2.1.1. O boleto a que se refere o subitem anterior será enviado à CESSIONÁRIA por meio eletrônico através de endereço de e-mail cadastrado junto a CEDENTE.

2.1.2. A alegação de não recebimento do boleto bancário pela CESSIONÁRIA não a exime da responsabilidade de efetuar o pagamento do débito no vencimento.

2.1.3. O não pagamento do valor devido pelo uso do espaço físico, nos seus devidos prazos, implicará na aplicação da multa moratória de 2% (dois por cento), com acréscimo dos juros moratórios no montante de 1% (um por cento) ao mês “pro rata die”, atualização monetária, sobre o valor vencido e não pago.

2.2. Na hipótese de o consumo de energia ser compartilhado pela UFRJ, a CESSIONÁRIA também pagará à CEDENTE, além do pagamento pelo uso do espaço, o valor correspondente ao uso de energia, calculado a partir de levantamento de carga elaborado por esta Universidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFRAESTRUTURA

3.1. Entende-se por infraestrutura, as instalações físicas da área de CESSÃO, bem como todos os seus bens e equipamentos necessários ao funcionamento.

3.2. O espaço será entregue à CESSIONÁRIA, conforme especificações do Termo de Referência.

3.3. Será de responsabilidade da CESSIONÁRIA equipar e mobiliar o empreendimento para o uso, inclusive sua manutenção.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO NA ÁREA DE CESSÃO

4.1. A CESSIONÁRIA poderá fazer alterações ou modificações que se fizerem necessárias para melhor adequar o espaço concedido às suas finalidades, desde que não seja alterada a estrutura principal (primária) do imóvel, utilizando-se de paredes falsas, fato este que imputará a CESSIONÁRIA a apresentação do(s) Projeto(s) Técnico(s), arquitetônico, de interiores, elétrico,

estrutural, e demais projetos pertinentes, para análise e aprovação da UFRJ. As despesas decorrentes tanto da intervenção física na área de CESSÃO quanto da elaboração do(s) projeto(s) técnico(s) necessário(s) ocorrerão à conta da CESSIONÁRIA.

4.2. Caso a intervenção na estrutura seja autorizada não terá direito a CESSIONÁRIA a qualquer indenização, ficando as benfeitorias incorporadas ao patrimônio da UFRJ.

4.3. Toda manutenção e/ou reparo nas instalações físicas decorrentes do uso e tempo de uso do espaço serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA. Nos serviços e reparos que porventura forem executados deverão ser mantidos no mínimo, os mesmos padrões de materiais e acabamentos, e deverão ser aprovados previamente pela UFRJ.

4.4. As manutenções decorrentes do tempo de uso ou de fatores externos ficarão por conta da CESSIONÁRIA.

4.5. Na hipótese do Fiscal do Contrato encontrar inconformidades na inspeção inicial ou outra inspeção qualquer, a CESSIONÁRIA será notificada e terá prazo determinado para corrigir as irregularidades.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS PARA INICIAR OS SERVIÇOS

5.1. A CESSIONÁRIA deverá iniciar os serviços no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato de CESSÃO.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO

6.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO DE USO DA ÁREA

7.1. A presente cessão é feita com a observância das seguintes condições:

7.1.1. Obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;

7.1.2. A atividade da cessionária terá horário de funcionamento compatível com o horário de funcionamento da repartição cedente;

7.1.3. A atividade exercida pela cessionária não poderá prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento da repartição;

7.1.4. Aprovação prévia da repartição CEDENTE para a realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado pela CESSIONÁRIA, incumbindo a ela todas as despesas relativas a eventuais adaptações dos espaços ora cedidos e/ou complementação dos equipamentos necessários para a prestação do serviço.

7.1.5. Fiscalização periódica por parte da CEDENTE. A CESSIONÁRIA deverá manter a área e os equipamentos objeto do presente contrato em perfeito estado de conservação e funcionamento;

7.1.6. Não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização da área para fim diverso do previsto na Cláusula Primeira;

7.1.7. Cessado o prazo estabelecido na Cláusula Oitava, reverterá a área à administração da OUTORGANTE CEDENTE, independentemente de ato especial. Para tomar as providências necessárias para devolução do espaço nas condições em que foram recebidos, a CESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, findo os quais incorrerá em sanção. Ao final do contrato, quando da devolução da área pela Contratada, a Administração verificará o estado em que estão sendo restituídos, somente aceitando alterações decorrentes do desgaste natural.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

8.1. A vigência do contrato de CESSÃO será de 12 (doze) meses, tendo início na data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo, no interesse das partes, ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

9. CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS DA CEDENTE

9.1. Durante a vigência deste contrato a CEDENTE deverá:

9.1.1. Exercer fiscalização sobre o CONTRATO de CESSÃO;

9.1.2. Exigir, a qualquer momento, esclarecimentos à CESSIONÁRIA em virtude de fatos e circunstâncias omissas neste instrumento e no termo de referência;

9.1.3. Exigir da CESSIONÁRIA a fiel execução do contrato de CESSÃO;

9.1.4. Notificar, por escrito, a CESSIONÁRIA, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, solicitando providências para regularização das mesmas;

9.1.5. Manter arquivado, junto ao contrato, toda correspondência trocada entre as partes;

9.1.6. Manter firme e valiosa a CESSÃO, desde que mantida as condições contratuais, salvo caso de força maior, conveniência ou oportunidade administrativas;

9.1.7. Emitir relatórios de quitações do valor mensal da CESSÃO, quando solicitado pela CESSIONÁRIA;

9.1.8. Designar SERVIDOR da instituição para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

9.1.9. Dar prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a CESSIONÁRIA restitua o imóvel à UFRJ, caso seja necessário que a Universidade solicite o mesmo, devendo, ainda, fazer essa comunicação por escrito e expor os motivos da decisão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS DA CESSIONÁRIA

10.1. São obrigações da CESSIONÁRIA:

10.1.1. Responsabilizar-se pelas adequações necessárias ao bom e regular usufruto da área concedida;

- 10.1.2. É de responsabilidade única e exclusiva da CESSIONÁRIA prover o mobiliário, equipamentos e outros necessários para a sua instalação e funcionamento;
- 10.1.3. Arcar, ainda, com todas as despesas relativas aos materiais e produtos necessários à realização dos serviços objeto deste contrato;
- 10.1.4. Responsabilizar-se pelo controle de pragas urbanas que, por ventura, acudirem a área;
- 10.1.5. Identificar todos os equipamentos de sua propriedade;
- 10.1.6. Após comprovação do fato, responder por todos os danos e prejuízos causados ao patrimônio da UFRJ e de terceiros por algum dos seus representantes, empregados ou clientes, nos âmbitos administrativo, civil e criminal;
- 10.1.7. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da CEDENTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços;
- 10.1.8. Manter por conta própria, as áreas de serviço rigorosamente limpas, dentro do mais alto padrão de limpeza, de higiene, notadamente no período de maior utilização e frequência, providenciando a higienização, desinfecção e imunização das áreas utilizadas, independentemente dos serviços realizados pelo CEDENTE, não podendo utilizar produto químico nocivo ao ser humano;
- 10.1.9. Fazer a manutenção da máquina, nas modalidades preventiva e corretiva, sempre que necessário e às suas expensas;
- 10.1.10. Primar pela utilização de equipamentos consumidores de energia elétrica com certificado de consumo de energia "A", emitidos pelo INMETRO;
- 10.1.11. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas oriundas do consumo energia elétrica e outras que vierem a ser legalmente instituídas pela UFRJ;
- 10.1.12. Cuidar e dar manutenção na área adjacente e perimetral ao imóvel concedido;
- 10.1.13. Restituir, nas mesmas condições que lhe foram entregues para uso, a área e instalações cedidas, quando oportunamente disposto pela UFRJ;
- 10.1.14. Manter firme e imperioso o contrato, sendo vedado ceder, sublocar ou transferir a CESSÃO de uso de espaço público celebrado entre a UFRJ e a CESSIONÁRIA a terceiros;
- 10.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CEDENTE;
- 10.1.16. Para fins de rescisão do contrato, deverá a CESSIONÁRIA informar à UFRJ por escrito, e motivadamente, a data que se pretende deixar a área, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da mudança;
- 10.1.17. Comunicar à Administração da CEDENTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 10.1.18. Manter em lugar visível quadro com a lista de preços dos serviços ofertados;

10.1.19. Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº ____/2020 durante toda a execução deste contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

11.1. À CESSIONÁRIA caberá, ainda:

11.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CEDENTE;

11.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CEDENTE;

11.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

11.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato de CESSÃO e pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do imóvel, inclusive tributos, tarifas ou preços públicos.

11.1.5. A inadimplência da CESSIONÁRIA com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração da CEDENTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato de CESSÃO, razão pela qual a CESSIONÁRIA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CEDENTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

12.1. Deverá a CESSIONÁRIA observar, também, o seguinte:

12.1.1. É expressamente proibida por parte da CESSIONÁRIA, durante a vigência deste contrato de CESSÃO, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CEDENTE;

12.1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato de CESSÃO, salvo se houver prévia autorização da Administração da CEDENTE; e

12.1.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços alvo do objeto deste contrato de CESSÃO.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1. A CESSIONÁRIA responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da CEDENTE em decorrência deste contrato.

13.2. A CEDENTE estipulará prazo à CESSIONÁRIA para reparação de danos porventura causados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O serviço objeto desta cessão de uso de área deverá ser prestado durante todos os meses do ano, 24 horas por dia.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS BENFEITORIAS

15.1. As benfeitorias para serem realizadas pela CESSIONÁRIA nas dependências do imóvel objeto desta cessão dependerão de prévia e expressa autorização da CEDENTE e ficarão incorporadas ao imóvel, sem que assista a CESSIONÁRIA o direito de retenção ou de reclamar indenização a qualquer título.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Durante a vigência deste contrato de CESSÃO, a execução e a qualidade dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor designado para esse fim, representando a CEDENTE.

16.1.1. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CEDENTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

16.1.2. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.2. A CESSIONÁRIA poderá manter preposto, aceito pela Administração da CEDENTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

16.3. A CEDENTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto, se em desacordo com o disposto neste Instrumento, no Edital e seus anexos.

16.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela CESSIONÁRIA, sem ônus para a CEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO

17.1. O contrato de CESSÃO a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da CEDENTE, com a apresentação das devidas justificativas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O não cumprimento de qualquer condição do edital, termo de referência, anexos e deste contrato sujeita a CESSIONÁRIA, a critério da CEDENTE, às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto do contrato;

18.1.2. Multas:

18.1.2.1. O valor da multa será cobrado, observado o parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93. Em caso de não cumprimento, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

18.1.2.2. De R\$100,00 (cem reais), por dia de atraso no início da prestação do serviço, limitados a um mês de atraso;

18.1.2.3. De 2% sobre o valor total do faturamento da CESSIONÁRIA no mês da ocorrência, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;

18.1.2.4. De R\$5.000,00 (cinco mil reais), no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato, ou deixar de receber o documento que o substituir, ou, ainda, deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas no edital;

18.1.2.5. De 10% do valor total do faturamento da CESSIONÁRIA no mês da ocorrência, caso não atendida no prazo de dez dias notificação expedida pela contratante para corrigir serviço ou conduta prestada em desacordo com o presente contrato ou edital;

18.1.2.6. De R\$5.000,00 (cinco mil reais), no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CESSIONÁRIA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis;

18.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CESSIONÁRIA, pelo prazo de até dois anos, conforme autoridade fixar em função da natureza, da gravidade e da falta cometida.

18.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis contados da respectiva intimação.

18.3. As sanções serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DA RESCISÃO

19.1. A inexecução total ou parcial deste contrato de CESSÃO enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3. A rescisão deste contrato de CESSÃO poderá ser:

19.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CEDENTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a CESSIONÁRIA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou

19.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste contrato, desde que haja conveniência para a Administração da CEDENTE;

19.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

19.3.4. Quando os valores da taxa de ocupação não forem pagos nos prazos estipulados;

19.3.5. Quando ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; ou

19.3.6. Quando o imóvel for necessário a serviço público.

19.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.5. Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Administração adquirir o objeto licitado de licitantes classificados em colocação subsequente, observadas as disposições constantes no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

20.1. Vinculam-se ao presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão nº ____/2020, com seus Anexos, em especial os itens dispostos no Termo de Referência, a Proposta apresentada pela CESSIONÁRIA e demais documentos constantes do Processo nº 23079. 027788/2019–10.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Caberá à CEDENTE providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Cidade do Rio de Janeiro, como o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratuais, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar o seu objeto.

23.2. A inadimplência da CESSIONÁRIA com referência a encargos previstos em lei, não transfere à CEDENTE a responsabilidade por seu pagamento, conforme o mandamento que emerge do §1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93.

23.3. É vedada a sublocação (total ou parcial) do imóvel de que trata este Instrumento, bem como a transferência da CESSÃO.

E, assim, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

ANDRÉ ESTEVES DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Testemunhas:

Nome: _____

CPF:

RG:

Nome: _____

CPF:

RG: